

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº23775/2019

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTE SE ACOMPANHANTES)**, considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva e Programa Melhor em Casa, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. REQUISITANTES: CENTRAL DE REGULAÇÃO (TFD);
PROGRAMA DE SAÚDE AUDITIVA
PROGRAMA MELHOR EM CASA.

1.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico, via Registro de Preços nos termos da Lei 10520/02.

1.4. PERÍODO: 12 Meses.

1.5. TIPO: Menor Preço Global, nos termos da Lei 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. O quantitativo a seguir foi baseado nas requisições das Unidades de Saúde que serão contempladas com o objeto do presente processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANT.
1	Contratação de Empresa Especializada em Transporte de Pacientes da Rede Municipal de Saúde	Km	1.140.800
	TFD		
1.1	09 (nove) Veículos, com ar condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.	Km	799.200
1.2	01 (um) Veículo, com ar condicionado, mínimo de 25 (vinte e cinco) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.	Km	36.000
1.3	02 (dois) Veículos, com ar condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.	Km	158.400
	SAÚDE AUDITIVA		
1.4	01 (um) Veículo para transporte de passageiros, em boas condições de conservação, com ar condicionado, mínimo de 22 (vinte e dois) lugares para passageiros, cadeira reclinável, cinto de segurança em todos os assentos e acessibilidade para deficiente físico, caso seja necessário e DETRO.	Km	110.000
	MELHOR EM CASA		
1.5	02 (dois) veículos com no mínimo 7 (sete) lugares, com até 7 (sete) anos de fabricação, poltronas reclináveis, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, seguro de realização de transporte ida e volta das equipes em visita domiciliar no Município de Nova Friburgo, veículo com combustível . OBS: O veículo ainda deverá constar plotagem contendo a logo marca colocada na porta do motorista, carona, capô e traseira. Dimensões não inferiores a 60 cm x 60 cm, sendo 04 (quatro) para cada carro, conforme mídia contida no CD em anexo.	Km	37.200

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, bem como contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

- 3.2. O serviço se justifica devido ao fato da Secretaria Municipal de Saúde não possuir na sua frota veículos que atendam a demanda pretendida.
- 3.3. A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros, nas condições e especificações contidas neste Termo de Referência, representa economia, segurança e rapidez na prestação do serviço.
- 3.4. Os elementos técnicos descritos neste Termo de Referência são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e, ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.
- 3.5. A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- 3.6. A Contratação em tela visa melhor atendimento ao usuário da Rede Municipal de Saúde, tendo como principal objetivo transportar com eficiência e segurança os pacientes do SUS.
- 3.7. Tal contratação suprirá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

4. DO TIPO DE VEICULO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

4.1. PARA ATENDER A CENTRAL DE REGULAÇÃO (TFD):

- 4.1.1. 09 (nove) Veículos tipo van, com ar condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, bancos reclináveis, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.
- 4.1.2. 01 (um) veículo tipo micro ônibus, com ar condicionado, mínimo de 25 (vinte e cinco) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, bancos reclináveis, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.
- 4.1.3. 02 (dois) veículos tipo van, com ar condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, cinto de segurança em todos os assentos, bancos reclináveis, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros e DETRO.

4.2. PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SAÚDE AUDITIVA:

- 4.2.1.** 01 (um) veículo para transporte de passageiros, com no mínimo 22 (vinte e dois) lugares, em boas condições de conservação, que tenha ar condicionado, cadeira reclinável, cinto de segurança em todos os assentos e acessibilidade para deficiente físico, para caso seja necessário.

4.3. PARA ATENDER AO PROGRAMA MELHOR EM CASA:

- 4.3.1.** 02 (dois) veículos com no mínimo 07 (sete) lugares, com até 07 (sete) anos de fabricação, com rodagem máxima de 100.000 km de fábrica, poltronas reclináveis, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, rastreadores, seguro de realização de transporte ida e volta das equipes em visita domiciliar no Município de Nova Friburgo, veículo com combustível.
- 4.3.2.** O veículo ainda deverá constar Plotagem contendo a Logo Marca colocada na porta do motorista, carona, capô e traseira. Dimensões não inferiores a 60 X 60 cm, sendo 04 (quatro) para cada carro, conforme mídia contida no CD em anexo.

5. DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

- 5.1.** Todos os veículos deverão ser identificados com a marca e logotipo da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo e/ou da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, verificadas as normas vigentes para tal, sendo os custos de responsabilidade da CONTRATADA.

6. DAS DATAS, HORÁRIOS, ITINERÁRIOS, LOCAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

- 6.1.** O local de embarque para ida e desembarque para retorno, horários, endereços, nomes e telefone de passageiros, serão especificados e definidos pelo CONTRATANTE.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1.** Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as

que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

- 7.2.** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8. DOS CRITÉRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

- 8.1.** A prestação de serviços compreenderá o transporte de passageiros, sendo o itinerário compreendido entre o Município de embarque, qual seja Nova Friburgo, especificado em cada requisição (Anexo I) até o Município pré-determinado pela Central de Regulação - TFD e/ou Coordenação de Saúde Auditiva e/ou Programa Melhor em Casa da Secretaria Municipal de Saúde, para desembarque.
- 8.2.** A empresa CONTRATADA deverá indicar telefone que possa ser acionado 24 horas para solução de eventuais problemas relativos ao contrato.
- 8.3.** Os veículos que transportarão os passageiros devem possuir obrigatoriamente seguro de passageiros.
- 8.4.** Os veículos deverão estar em bom estado de conservação e suas manutenções periódicas em dia, devendo a CONTRATADA, enviar relatório das manutenções corretivas e preventivas.
- 8.5.** A empresa deverá manter a limpeza interna e externa dos veículos.
- 8.6.** A empresa deverá assegurar socorro imediato ou substituição do veículo em caso de acidente ou defeitos de qualquer natureza.
- 8.7.** Os motoristas deverão possuir habilitação pertinente aos veículos que estarão conduzindo e ter bons antecedentes.
- 8.8.** Os motoristas deverão possuir curso de direção defensiva.
- 8.9.** Os veículos deverão possuir rastreador, com tecnologia GPRS/GSM (via satélite), para monitoramento da localização e velocidade dos veículos, controle das rotas percorridas (Km rodado de cada viagem) e fornecimento de informações mais detalhadas.
- 8.10.** A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a CONTRATANTE ao sistema de

rastreamento 24h/dia.

8.11. Os veículos deverão estar registrados, junto ao DETRAN/RJ, em nome da empresa CONTRATADA.

8.12. Os veículos deverão ser equipados com Tacógrafo (Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo), conforme RESOLUÇÃO Nº 14/98.

9. DOS VEÍCULOS

9.1. Comprovação de disponibilidade da totalidade dos veículos do efetivo solicitado, por cópia do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), em nome da empresa licitante;

9.2. Certificado do Cronotacógrafo emitido pelo INMETRO, de todos os veículos do efetivo solicitado, na forma do art. 105 do C.T.B. (Lei 9.503/97 e Resolução CONATRAM 92 de 1999);

9.3. Cópia(s) da(s) Apólice(s) de Seguro(s) Obrigatório de Danos Pessoais, contra terceiros, passageiros ou não; de pelo menos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e seguro de acidente pessoal de passageiros de pelo menos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com Apólices em vigência.

9.4. Login e senha dos rastreadores dos veículos, para acompanhamento em tempo real por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

10. DOS CONDUTORES

10.1. Cópia de habilitação dos motoristas exigida para transporte de passageiros, que irão prestar serviços, categoria "D" ou superior;

10.2. Cópia de Carteira expedida pelo SENAT (Secretaria Nacional de Aprendizagem do Transporte), atualizada, estando apto como condutor de veículo para transporte de passageiros;

10.3. Apresentação de Certidão de Prontuário junto ao DETRAN;

10.4. Apresentação da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização;

10.5. Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço. Lei 8666/93 art. 78 inciso VI.

11. DOS PREÇOS

11.1. Os preços apresentados (Km rodado) deverão incluir todos os custos diretos, indiretos, seus imprevistos, lucros, ônus fiscais e despesas com impostos, taxas, encargos sociais, seguros etc.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente deste objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa arrolada abaixo:

12.1.1. Fonte de Recurso: 007;

12.1.2. Elemento de Despesa: 3390.39.65/ 3390.39.74/ 3390.39.99;

12.1.3. Programas de Trabalho:

Central de Regulação/TFD- 30001.10.302.0070.2.194;

Saúde Auditiva- 30001.10.305.0076.2.197;

Programa Melhor em Casa- 30001.10.302.0087.2.325.

12.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo** - CNPJ **11.399.442/0001-79**
Endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF- CEP 28613-000.

13. DA LIQUIDAÇÃO

13.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 257 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 14.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 14.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 14.1.3.** FGTS;
- 14.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 14.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 14.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

14.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

14.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

INDYARA SARDOU ROCHA – Mat. 200.0805 – Gestora Titular

MONARA TAVARES DA SILVA CUNHA – Mat. 200.0263 – Gestora Substituta.

Central de Regulação:

MARCELO GUSTAVO ROCHA MOREIRA FRANCO- Mat. 200.0383- FISCAL TITULAR;

TATHIANA MARQUI DA SILVA GOMES DOS SANTOS- Matrícula: 299.471- FISCAL SUBSTITUTA.

SAÚDE AUDITIVA:

CAMILA JASMIM- Mat. 206.963- FISCAL TITULAR;

RICARDO FAZOLI- Mat. 207.305- FISCAL SUBSTITUTO.

MELHOR EM CASA:

MARISTELA TIELLET- Matrícula: 299.248- FISCAL TITULAR;

ARIADINA HERINGER FIGUEREDO- Mat. 200.0297- FISCAL SUBSTITUTA.

15.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabem à CONTRATADA, além das obrigações constantes das Condições da Prestação de Serviços e daquelas estabelecidas em lei, sobre licitações:

- 16.1.1.** Executar o serviço objeto deste contrato em estrito acordo com as disposições do Termo de Referência e discriminação da proposta;
- 16.1.2.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao órgão ou entidade contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 16.1.3.** Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial do Contrato firmado com a Contratante, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- 16.1.4.** Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;
- 16.1.5.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;
- 16.1.6.** Disponibilizar os veículos de acordo com os prazos descritos em seguida: prazo de 05 (cinco) dias para o início da prestação dos serviços, a contar da data de assinatura do Instrumento Contratual. Esse prazo poderá ser estendido, caso haja uma justificativa formal e esta seja aceita pela CONTRATANTE.
- 16.1.7.** Comunicar à CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços, com a maior brevidade possível;
- 16.1.8.** Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;
- 16.1.9.** Arcar com as despesas relativas à troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos e lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.
- 16.1.10.** Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em

perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene, **enviando mensalmente relatório contendo as devidas manutenções;**

- 16.1.11.** Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, sem condições de segurança, higiene ou limpeza.
- 16.1.12.** A CONTRATANTE poderá inspecionar regularmente os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a CONTRATADA;
- 16.1.13.** Substituição do veículo, avariado, danificado ou que apresente defeito, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a partir do recebimento da notificação;
- 16.1.14.** Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços, encaminhando a CONTRATANTE os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 1 (um) ano na função e com curso de direção defensiva;
- 16.1.15.** Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os usuários, bem como com os servidores da CONTRATANTE, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos motoristas, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;
- 16.1.16.** Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;
- 16.1.17.** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 16.1.18.** Providenciar treinamento e reciclagens necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;
- 16.1.19.** Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da viagem;
- 16.1.20.** Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE. Os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos não poderão ser repassados aos seus empregados;

- 16.1.21.** Fornecer vale refeição ou diária a seus empregados – observado o princípio da razoabilidade para esse benefício, de acordo com a legislação trabalhista vigente;
- 16.1.22.** Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço;
- 16.1.23.** Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 16.1.24.** Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros;
- 16.1.25.** Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- 16.1.26.** Disponibilizar veículos e empregados em quantidade necessária para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 16.1.27.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação;
- 16.1.28.** Manter a apólice do seguro de passageiros vigente;
- 16.1.29.** Manter os veículos cobertos por seguros legalmente obrigatórios;
- 16.1.30.** Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do responsável ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 16.1.31.** Apresentar à CONTRATANTE, quando exigido comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e de passageiros, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força deste contrato.
- 16.1.32.** Ressarcir o eventual prejuízo causado ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na

execução das obrigações assumidas;

16.1.33. Executar serviços obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência.

16.1.34. Apresentação de apólice de contratação de seguro de passageiros no ato da assinatura do contrato;

16.1.35. Apresentação da documentação dos motoristas, incluindo carteira de habilitação e certificado do curso de direção defensiva, ao assinar o contrato.

17. DA FORMA DE EXECUÇÃO

17.1. A execução do objeto será direta, por preço unitário (Km).

18. A CONTRATADA FICARÁ SUJEITA AS SEGUINTE CONDIÇÕES

18.1. Executar os serviços de acordo com este Termo de Referência.

18.2. Reserva-se o CONTRATANTE o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

18.3. Obedecer rigorosamente às datas e os horários estabelecidos para as viagens programadas pelo TFD, pela Coordenação de Saúde Auditiva e pelo Programa Melhor em Casa da Secretaria Municipal de Saúde.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

19.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato.

19.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

- 19.1.3.** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 19.1.4.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 19.1.5.** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;
- 19.1.6.** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 19.1.7.** Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3 - apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6 - não manter a proposta;
- 20.1.7 - cometer fraude fiscal;
- 20.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

20.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

20.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR

20.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.3. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem Justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

21.4. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.5. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 062.384

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da lei Federal nº 8666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137